

AS COMPRAS PÚBLICAS COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA AOS INSTITUTOS FEDERAIS: O CASO DO *CAMPUS* RIBEIRÃO DAS NEVES DO IFMG

Silvia Renata Fernandes
Ronan Daré Tocaundo

Submetido em: 01.06.2020

Aceito em: 11.07.2020

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa empírica realizada junto a servidores do *Campus* Ribeirão das Neves do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Objetivou-se averiguar a percepção dos participantes acerca do processo de compras públicas, considerando seu papel de base e apoio às ações de ensino-aprendizagem. Assim, por meio da revisão bibliográfica, procedeu-se à caracterização dos Institutos Federais e do ambiente de estudo; à exposição de pesquisas anteriores e à contextualização das aquisições governamentais. Com amparo em uma abordagem qualitativa, seguiu-se ao trabalho de campo, por meio do estudo de caso, da observação participante e da aplicação de questionários. Os resultados externaram a necessidade de capacitação dos investigados nas tratativas relacionadas às aquisições estatais. Diante disso, foi elaborada a proposta de intervenção, intitulada “Pesquisa de itens para Adesão à Ata Sistema Registro de Preços”, organizada sob o formato de dois tutoriais. Como contribuição, espera-se que esse material possa funcionar como guia prático a professores e técnicos administrativos, na qualidade de demandantes de produtos e serviços. O produto foi avaliado positivamente pelos usuários, podendo colaborar para o aprimoramento do processo de compras institucional.

Palavras-chave: Institutos Federais. Compras públicas. Gestão.

PUBLIC PURCHASES AS A STRATEGIC TOOL FOR FEDERAL INSTITUTES: THE CASE OF *CAMPUS* RIBEIRÃO DAS NEVES OF IFMG

Abstract

This article presents the results of an empirical research carried out among servers of the Ribeirão das Neves *Campus* of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Minas Gerais. The objective was to investigate the participants' perception of the public procurement process, considering its basic role and support for teaching-learning actions. Thus, through the bibliographic review, proceeded to characterize the Federal Institutes and the study environment; to expose previous research and to contextualize government acquisitions. Supported by a qualitative approach, it followed the fieldwork, through case study, participant observation and the application of questionnaires. The results showed the need for training those investigated in negotiations related to state acquisitions. Therefore, it was elaborated in the proposed intervention, entitled "Search items for Accession to the Minutes Prices Registration System", organized in the form of two tutorials. As a contribution, it is hoped that this material can act as a practical guide for teachers and administrative technicians, as demanders of products and services. The product was positively evaluated by users, and can collaborate to improve the institutional purchasing process.

Keywords: Federal Institutes. Public procurement. Management.

1 INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) foram criados a partir da Lei n.º 11.8928 (BRASIL, 2008). Sob a natureza jurídica de autarquia, essas entidades são mantidas por meio de descentralização de recursos do Fundo Público Federal. Assim, a cada *campus* e reitoria é estabelecida uma proposta orçamentária anual (BRASIL, 2008), para manutenção de sua estrutura e funcionamento.

Nesse contexto, a função compras se apresenta como ferramenta de suporte e apoio, devendo prover os recursos materiais necessários às ações educacionais. Para Justen Filho (2016), as aquisições públicas constituem-se em uma das áreas mais sensíveis da Administração Pública, sobretudo pelo seu caráter multidimensional e seu valor estratégico.

No cenário dos IF's, professores e técnicos administrativos têm participação ativa nesse procedimento, na condição de demandantes de objetos e serviços. Nesse sentido, o desempenho desses sujeitos impacta diretamente na gestão de recursos dos *campi*. Há de se considerar, que a compra de produtos/serviços inadequados ao contexto da organização pode comprometer as ações de educacionais e denotar o emprego inapropriado do orçamento público. Além de caracterizar transgressão aos princípios da eficiência e da economicidade.

À vista disso, identificou-se a pergunta problema motivadora deste estudo: - De que maneira seria possível melhorar o processo de compras públicas sob o contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG)? No intuito de respondê-la, procurou-se investigar o conhecimento dos servidores acerca do processo de compras, considerando seu papel de base e assessoramento às atividades de ensino-aprendizagem.

Sob essa proposta, a pesquisa foi desenvolvida no *Campus* Ribeirão das Neves do IFMG. Após revisão teórica sobre o tema, seguiu-se ao estudo empírico. Da análise e interpretação das informações coletadas, foi possível inferir a carência por um material de apoio aos usuários no assunto em questão. Assim, desenvolveu-se o produto deste trabalho, intitulado de “Pesquisa de itens para Adesão à Ata Sistema Registro de Preços”, composto por dois tutoriais.

No presente artigo, a demonstração dos passos da investigação está estruturada sob cinco seções, além desta introdução. Na fundamentação teórica, caracterizam-se os IF's, apresenta-se o ambiente de estudo, contextualizam-se as compras públicas e demonstram-se

as pesquisas anteriores. A metodologia explicita o desenho da pesquisa, seguida pela análise dos resultados e exposição do produto. A conclusão consta das considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A promulgação da Lei n.º 11.892/2008 determinou a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). Dentre as finalidades dessas organizações, destacam-se: a oferta de cursos técnicos profissionalizantes integrados ao ensino médio; a efetivação de atividades de ensino e pesquisa que contribuam para o avanço tecnológico e atendam às demandas sociais; a promoção de programas de extensão e divulgação científica e tecnológica (BRASIL, 2008).

De acordo com Anjos e Rôças (2018), os Institutos apresentam uma perspectiva de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) inovadora nas dimensões política e estrutural, voltada para a formação omnilateral do homem e não apenas para o mercado de trabalho. Nesse sentido, apostam numa orientação pedagógica que ultrapasse o conhecimento enciclopédico, apontando para uma concepção ampla de ensino. Corroborando com esse entendimento, Pacheco (2018) destaca:

O que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível (PACHECO, 2018, p. 22).

Sob a abordagem curricular, os IF's são fundamentados por uma formação profissional e tecnológica contextualizada. Consoante Anjos e Rôças (2018), essas ações perpassam a interface entre a organização e a comunidade, visando à “[...] disponibilização de novos meios e processos de produção, inovação, transferência de tecnologia e troca de conhecimento, permitindo a ampliação do acesso ao saber [...]” (ANJOS; RÔÇAS, 2018, p. 33). Nessa perspectiva, esses entes desempenham um papel crucial no processo de formulação e implementação de políticas públicas (ANJOS; RÔÇAS, 2018).

Por sua vez, a concepção dessas instituições demanda um aparato físico que vai além das tradicionais salas de aula. Nessa linha, Pacheco (2018) elucida que a disponibilização desses ambientes corrobora para os processos de ensino:

Os espaços constituídos, no tocante às instalações físicas dos ambientes de aprendizagem, como salas de aulas convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, as tecnologias da

informação e da comunicação e outros recursos tecnológicos são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, que deve estar acessível a todos (PACHECO, 2018, p. 18).

Em que pese o amplo escopo dos IF's, o *Campus* Ribeirão das Neves do IFMG foi escolhido para referenciar esse estudo. Seus contornos serão apresentados na próxima subseção.

2.2 AMBIENTE DE ESTUDO: O *CAMPUS* RIBEIRÃO DAS NEVES DO IFMG

O *Campus* Ribeirão das Neves do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) está localizado na região metropolitana de Belo Horizonte. Embora tenha iniciado suas atividades em 2011, somente em 2016 ocorreu sua mudança para sede própria (PERDIGÃO, 2016). A partir desse momento, iniciou-se um trabalho para sua estruturação, envolvendo a articulação conjunta e sistematizada entre diversos setores.

Assim, em 2019 suas instalações contavam com 14 salas de aula, equipadas com tela e projetor multimídia, aparelhos de ar condicionado e carteiras para cerca de 40 alunos. Nesses espaços eram ministrados os cursos do eixo tecnológico da área de gestão e negócios, obedecendo à conjuntura socioeconômica local (PERDIGÃO, 2016): Técnico em Administração, Técnico em Informática e Técnico em Eletroeletrônica; Superior Tecnológico em Processos Gerenciais e Bacharelado em Administração; e Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS *CAMPUS* RIBEIRÃO DAS NEVES, 2016).

Para as atividades práticas de ensino e produção, o *Campus* utilizava-se de cinco ambientes, nas áreas de: Eletroeletrônica, Física, Química e Biologia, Informática e Laboratório HALMA (Humanas, Artes, Linguagens e Matemática). A biblioteca contava com um acervo de, aproximadamente, 3.500 exemplares e dispunha de plataforma elevatória, propiciando acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida. A entidade conservava, ainda, áreas de convivência, entretenimento e lazer, como espaço de jogos, cantina/restaurante e auditório. Além de vestiários, ginásio poliesportivo, quadras para prática de basquete, vôlei e futebol de salão.

Sob a política de responsabilidade e inclusão social, a Instituição oferecia o programa de assistência estudantil. As diretrizes de pesquisa e extensão eram orientadas pelo incentivo à produção de conhecimento e inovação tecnológica, consideradas as necessidades da população (PERDIGÃO, 2016). Essa abordagem marca o compromisso dos IF's com a transformação social, revelando-se “[...] espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e

transferência de tecnologias, capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros” (PACHECO, 2018, p. 15).

As atividades de apoio à gestão estavam dispostas em 10 salas, com mobiliário e equipamentos adequados ao desempenho de suas atribuições. Nesses ambientes eram tratadas as ações de estruturação, manutenção e funcionamento institucional, viabilizadas por meio de processos de compras públicas, cujas peculiaridades serão tratadas no tópico subsequente.

2.3 O CONTEXTO DAS COMPRAS PÚBLICAS

Para o desempenho de suas atividades, todas as organizações necessitam de entradas de insumos e serviços, provenientes de fontes externas (BAILY *et al*, 2000). Esses *inputs* são viabilizados por meio da função compras, que se faz presente em entidades públicas e privadas. Conforme Dias (2009, p. 229), “comprar bem é um dos meios utilizados para reduzir custos”. Sob esse enfoque, a função compras ganha novos contornos, passando do caráter meramente operacional para o *status* de importância estratégica (BAILY *et al*, 2000).

Na esfera privada, essa atividade revela-se mais objetiva, flexível e célere. Prevalece a liberdade de escolha nas decisões, uma vez que a lei não lhes impõe regramentos especiais, como a igualdade entre os concorrentes, a isonomia, a publicidade, a impessoalidade e a vinculação ao instrumento convocatório.

No caso da Administração Pública, estritamente subordinada às previsões legais, as aquisições são amparadas por processos licitatórios. Consoante Di Pietro (2008, p.331), por esse procedimento “o ente público abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas em instrumento convocatório, a possibilidade de formular propostas”. Segundo a autora, a atuação pública deve primar pelo interesse público, escolhendo a proposta mais vantajosa, de acordo com as premissas estabelecidas em edital (DI PIETRO, 2008).

De acordo com Meirelles (2002), a licitação tem, por desígnio, oferecer igualdade de condições entre todos aqueles que pretendem contratar com o erário e, ao mesmo, tempo, garantir a moralidade e eficiência na gestão da coisa pública (MEIRELLES, 2002). Explica Niebuhr (2012) que o procedimento possui o viés de limitar a atuação da Administração Pública, impondo-lhe rigores mais estreitos do que aqueles a que se sujeitam os particulares.

Anunciada pela Constituição Federal de 1988, a licitação foi regulamentada pela edição da Lei n.º 8.666/1993, que estatui as normas gerais de pactuação e dispõe sobre os princípios, modalidades, limites, condições e exceções (BRASIL, 1993). Em 2002, como alternativa mais célere e menos complexa, foi instituído o pregão, para aquisição de bens e

serviços comuns (ALEXANDRINO; PAULO, 2010). Sua forma eletrônica, amplamente utilizada na esfera federal, tem o viés de reduzir custos de contratação e contribuir para a transparência dos gastos (MOON, 2005).

No ano de 2013, por meio do Decreto n.º 7.892, foram normatizadas as disposições para o Sistema de Registro de Preços (SRP). Nessa espécie, o órgão interessado na aquisição promove a licitação e forma o cadastro de potenciais fornecedores, formalizado pela Ata de Registro de Preços (BRASIL, 2013). Esse documento tem validade máxima de um ano e poderá ser utilizado por qualquer órgão que não tenha participado do certame, desde que justificada a vantagem e autorizado pelo ente gerenciador (BRASIL, 2013). De acordo com Jacoby Fernandes (2013) a adoção do SRP reduz em, aproximadamente, noventa por cento, o número de licitações.

Sob outro prisma, Paim Terra (2018) ressalta que o uso do poder de compra do Estado pressupõe uma gestão responsável e inteligente. Tassabehji e Moorhouse (2008) defendem que a função compras compõe o processo de formulação estratégica das organizações. Corroborando com esse entendimento, Alexandrino e Paulo (2012) explicam que a atividade está ligada a todos os departamentos, interferindo diretamente nos trabalhos finalísticos. Assim, como um processo estratégico, a utilização do poder de compra estatal pode colaborar para a “indução de políticas públicas, inovações e promoção do desenvolvimento nacional sustentável” (PAIM TERRA, 2018, p. 6).

Nesse contexto, conforme ilustra o Manual de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU), a Administração fomenta a efetivação de determinadas políticas públicas, quando adota medidas de sustentabilidade ambiental para suas contratações (BLIACHERIS; VILLAC, 2013). Da mesma forma, ao definir critérios diferenciados nas transações junto a micro e pequenas empresas, estimula esse segmento de negócios. De igual modo, ao prever a dispensa de licitação para instituições de pesquisa, ensino ou desenvolvimento, o governo potencializa o crescimento desse ramo de mercado (BLIACHERIS; VILLAC, 2013, p. 19).

Por conseguinte, as aquisições estatais revelam-se um procedimento complexo e multifacetado, capaz de influenciar setores e estimular o desenvolvimento socioeconômico do país. Sob a ótica da implementação de políticas públicas, adquirem um delineamento mais eficaz e transformador do que a simples transferência de renda por programas específicos, uma vez que fortalecem a atividade empresarial, criando condições para que essas organizações forneçam para o Estado (PAIM TERA, 2018).

Tendo em vista o exposto, realizou-se uma consulta aos repositórios de trabalhos científicos, para identificar estudos progressos sob a perspectiva adotada neste artigo.

2.4 AS COMPRAS PÚBLICAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS: PESQUISAS ANTERIORES

Considerando o cenário dos Institutos Federais (IF's) e o tema das aquisições públicas, foi realizado um exame nos portais de periódicos eletrônicos, com o objetivo de averiguar as abordagens concebidas e os resultados de estudos anteriores. Nessa proposta, procedeu-se às buscas nas plataformas: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e *Google Acadêmico*. Para esse exame, foram utilizados os parâmetros: “compras” e “Instituto(s) Federal(is)”; e “licitações” e “Instituto(s) Federal(is)”. Dentre as obras encontradas, as que mais se aproximam do enfoque deste artigo foram assim sintetizadas:

Quadro 1 – Resumo dos trabalhos encontrados

Título	Autores	Tipo/ Ano
Compras públicas e planejamento: relação estratégica alicerçante da efetividade dos Institutos Federais de Ensino (IFE)	Carlos Alberto de Sousa Ribeiro Filho; Jenna Emanuela Soares de Lemos; Rhubens Ewald Moura Ribeiro; Kaíque Barbosa de Moura; Aluysio Ricardo Nunes Fonseca; Luis Fernando Silva Monteiro.	Artigo/2020
Transparência no Sistema de Registro de Preço: um estudo de caso no Instituto Federal da Paraíba - Campus Campina Grande	Ubaldo Gonçalves Souto Maior Filho	Dissertação/ 2018
Análise de processos de compras públicas: um estudo de caso no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Coxim	Francisco Xavier da Silva	Dissertação/ 2018
Compras públicas por Sistema de Registro de Preços: uma ferramenta de planejamento – o caso do IFRJ	Bianca Ponciano Prell; Carolina Flora Almeida.	Artigo/2019

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Entretanto, pela análise dos documentos ficou constatado que nenhum deles guarda relação direta com os parâmetros abordados neste estudo. Sendo assim, ressalta-se a importância da pesquisa, que trata de assunto ainda pouco explorado.

Diante disso, no intuito de averiguar a percepção dos servidores acerca dessa dinâmica, sob o olhar dos Institutos Federais, foi desenvolvida uma pesquisa teórica e empírica, cujos procedimentos metodológicos serão exibidos na sequência.

3 METODOLOGIA

Esta investigação partiu de uma abordagem qualitativa, por contemplar o levantamento de dados analíticos de determinada organização. Sob o entendimento de

Gerhardt e Silveira (2009), essa concepção “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31).

Como procedimentos, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, ao estudo de caso, à observação participante e à aplicação de questionários. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa bibliográfica tem por atributo a obtenção de dados a partir de documentos escritos. De acordo com Gil (2002), o estudo de caso tem, por objetivo, “proporcionar uma visão global do problema ou identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados” (GIL, 2002, p. 55). Por sua vez, a observação participante é marcada pelo envolvimento do pesquisador com os integrantes do grupo investigado e a adoção de uma postura valorativa (GIL, 2002).

Para levantar os pontos de vista e considerações dos respondentes, utilizou-se a aplicação de questionários. Consoante Marconi e Lakatos (2010), trata-se de “[...] um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 184).

Como *locus* de pesquisa, foi selecionado o *Campus* Ribeirão das Neves do IFMG, tendo em vista que foram concebidos mais de quinhentos processos de compras para sua estruturação, ocorrida no período de 2016 a 2018 (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, 2019). Considerando que nem todos os servidores participam das atividades de aquisição, decidiu-se por eleger aqueles que atuam efetivamente nesses encargos. À vista disso, o grupo de investigados foi escolhido pelo critério da intencionalidade. Segundo Gil (2002), “os participantes são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes” (GIL, 2002, p. 145).

Os questionários foram elaborados sob dois modelos: um para os docentes e técnicos administrativos, na qualidade de “solicitantes de produtos e serviços”; outro para os “técnicos do Setor de Compras”. Os formulários foram entregues aos participantes de forma impressa, para que respondessem em momento e local oportuno. As perspectivas tratadas nos questionários foram sintetizadas no quadro seguinte:

Quadro 2 – Resumo da temática das questões abordadas

Assuntos abordados pelos questionários	
Conhecimentos acerca de aspectos técnicos do procedimento	Percepções individuais sobre o processo de compras do <i>Campus</i>
Modalidade de compra empregada.	Segurança para executar os procedimentos.
Forma como foi feita a especificação de produtos e serviços.	Relação entre a área de formação dos investigados e o tema das aquisições públicas.
Principais dificuldades encontradas no decorrer do procedimento.	Opinião acerca das compras realizadas para estruturação da Instituição.
Mecanismos utilizados para sanar as dúvidas.	Sugestões para melhoria do procedimento.
Conhecimento acerca da modalidade utilizada.	
Participação em curso ou evento de capacitação.	

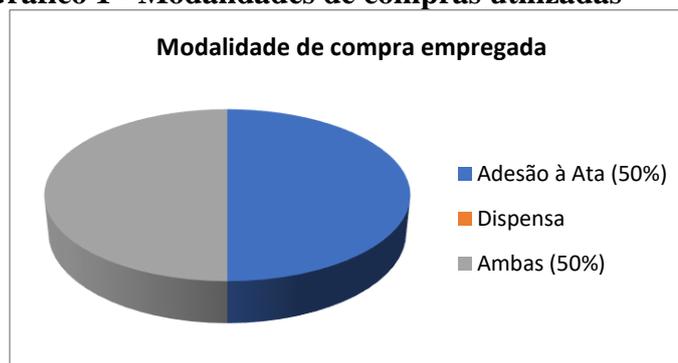
Fonte: Elaboração própria, 2020.

Cabe destacar que a coleta de dados foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Faculdade de Minas – Faminas BH, (Parecer n. 3.670.290) e sua publicação autorizada pelos participantes, resguardada a confidencialidade. As informações coletadas foram tabuladas manualmente e interpretadas sob uma epistemologia qualitativa. Para isso, foram articulados os elementos do estudo de caso, da observação participante e dos questionários, utilizando-se duas categorias de análise: conhecimentos acerca de aspectos técnicos do procedimento e percepções individuais sobre o processo de compras do *Campus*.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CONHECIMENTO ACERCA DOS ASPECTOS TÉCNICOS

A primeira questão número abordou a modalidade de compra empregada nos processos concebidos para estruturação da Unidade. Ficou demonstrado que metade dos solicitantes atuaram nos processos de compra por ambas as espécies: Adesão à Ata Sistema de Registro de Preços (SRP) e Dispensa de Licitação. Outros 50% participaram somente das aquisições pela primeira espécie.

Gráfico 1 - Modalidades de compras utilizadas

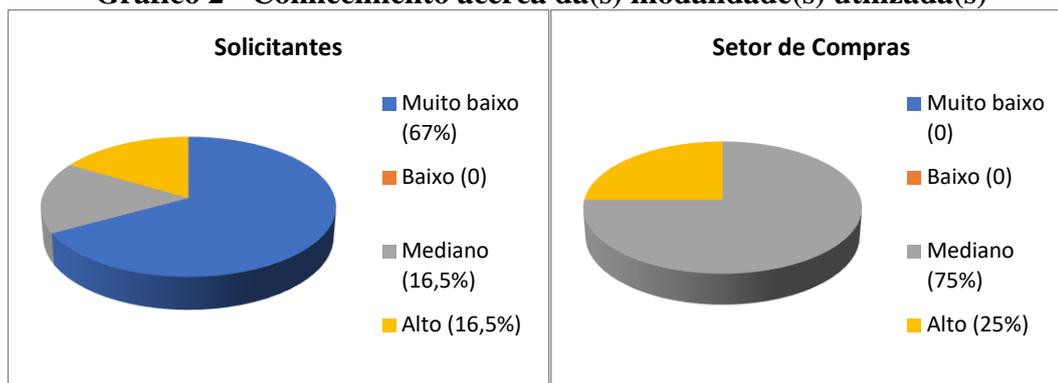
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Essa pergunta não foi feita aos membros do Setor de Compras, já que eles, naturalmente, trabalham com as duas modalidades. Segundo Justen Filho (2010), a compra direta, realizada por meio de dispensa de licitação, é mais econômica à Administração, na medida em que, a depender do valor, não há obrigatoriedade de publicação no Diário Oficial. Esse fato torna o procedimento mais simples e célere.

Por sua vez, a aquisição por Adesão à Ata SRP, contribui para os objetivos de transparência pública, além de reduzir custos com formação de estoques, já que os objetos são entregues conforme a necessidade do órgão (ALEXANDRINO; PAULO, 2010). Contudo, ao optar por um objeto cuja especificação foi realizada por outro ente, faz-se essencial um exame cuidadoso do produto, optando por aquele que melhor atenda à realidade institucional. É importante enfatizar que aquisições inapropriadas ao cenário do *Campus* poderiam causar prejuízos às ações educacionais; além de denotar comprometimento inadequado do orçamento público, e ensejar a responsabilização dos servidores envolvidos.

Na questão 2, foi perguntado a todos os investigados o grau de conhecimento relacionado a essa(s) modalidade(s) utilizada(s). A maioria dos demandantes (quase 70%) avaliou como “muito baixo” seu domínio sob o assunto. Por sua vez, apenas um técnico do Setor de Compras acredita ter um nível “alto” de entendimento, enquanto os demais (75%) se consideram “medianos”.

Gráfico 2 - Conhecimento acerca da(s) modalidade(s) utilizada(s)



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

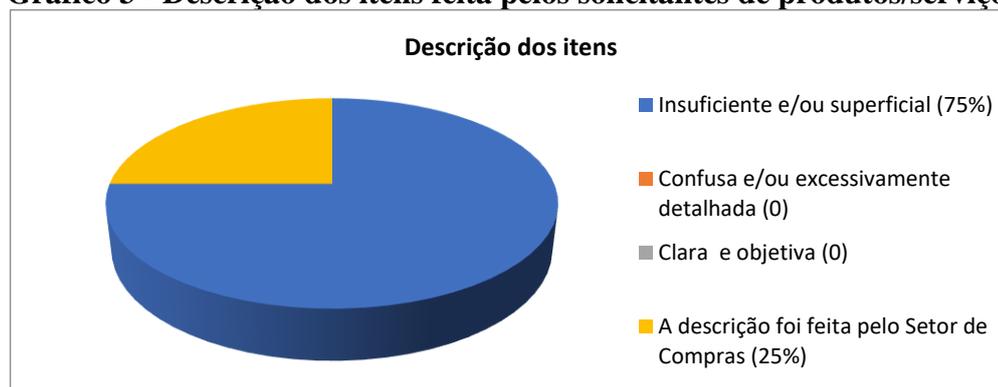
Da interpretação das afirmações, ficou constatado que os servidores não possuem pleno domínio do assunto. Até mesmo aqueles que trabalham na função deixaram subentendido que não se veem como *expert* na tratativa. Esse apontamento é compreensível, tendo em vista a complexidade do tema.

De acordo com Paim Terra (2018) o assunto requer uma visão multidimensional e integrada. A legislação que aborda a matéria é robusta e sofre constantes alterações. Batista e Maldonado (2008) apontam que o contratempo existente entre a dinâmica da função compras e a burocracia presente no serviço público representa um entrave à sua operacionalização.

Na sequência, foi perguntado aos demandantes se houve uma preocupação em descrever detalhadamente os itens no momento da requisição, ao que todos responderam afirmativamente, à exceção de apenas um deles. Então, sob a forma de questão aberta, foi-lhes pedido que apontassem as dificuldades encontradas. Os motivos citados abordaram pontos como a escassez de tempo e desconhecimento do grau de detalhamento exigido, conforme relato de um dos investigados: *“Não sabia que o nível de detalhamento era tão alto e obrigatório para a aquisição. Esse aprendizado foi cansativo e demorado”*.

A seguir, foi-lhes perguntado por que motivo a descrição teria sido realizada conforme assinalado na opção anterior. Nesse aspecto, a principal razão externada foi relacionada à falta de conhecimento, de acordo a transcrição: *“Devido à falta de conhecimento na área de compras governamentais, que exige uma descrição mais detalhada”*.

Sob o mesmo viés, foi interpelado ao Setor de Compras que avaliasse a descrição dos itens feita pelos solicitantes. Na concepção dos técnicos, de modo geral, a especificação dos bens e serviços é realizada de modo superficial e insuficiente (cerca de 75%).

Gráfico 3 - Descrição dos itens feita pelos solicitantes de produtos/serviços

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Da análise conjunta das questões, infere-se que há um desencontro de informações ou de entendimentos. Embora na concepção dos requisitantes a descrição dos objetos tenha ocorrido de forma satisfatória, essa versão é divergente da opinião dos técnicos.

Em alguns casos, percebe-se que a caracterização dos produtos foi elaborada por servidores do setor administrativo. Estes, embora detenham o entendimento técnico relativo ao procedimento de compras, não possuem o conhecimento aprofundado do material. Assim, se atêm aos aspectos gerais e a critérios pontuais, como o menor preço ou o maior desconto oferecido, já que existem muitos itens similares que atendem a especificações mais gerais.

De acordo com Baily e outros (2008), a descrição do bem representa um fator preponderantes para o sucesso das compras, sejam públicas ou privadas. Conforme os autores, essa é “uma atividade essencialmente técnica e não comercial” (BAILY *et. al.*, 2008, p. 125). Significa dizer, que embora o procedimento de aquisições se enquadre como uma tarefa administrativa, o ideal é que a especificação do item seja elaborada pelo demandante, que possui conhecimento aprofundado naquele objeto.

Ainda sob essa ótica, Niebuhr (2012) destaca a importância dessa etapa para o procedimento da licitação. O autor defende que a descrição não pode ser superficial a ponto de atrair licitantes que ofereçam produtos de baixa qualidade, mas também não deve haver exageros no detalhamento, capazes de direcionar a contratação de determinado fornecedor ou produto (NIEBUHR, 2012).

Por conseguinte, é razoável presumir que a descrição é uma tarefa complexa, tanto quanto importante. Dessa forma, acolhendo o entendimento de Batista e Maldonado (2008), defende-se que o procedimento de aquisições requer a participação de todos os envolvidos, alinhando os princípios licitatórios aos objetivos da instituição.

A questão seguinte abordou as particularidades que envolvem o processo de compras públicas. Foi indagado aos solicitantes se eles precisaram de orientações sobre algum aspecto, ao que todos responderam afirmativamente. Essa assertiva foi confirmada pelos respondentes do Setor de Compras, quando perguntados se os requisitantes precisaram de ajuda durante a tratativa.

Na sequência, os demandantes apontaram as principais dúvidas encontradas, como: o acesso ao Sistema Comprasnet, as ferramentas de consulta, a navegação nos sites governamentais; as pesquisas em atas de outros órgãos; as buscas no Painel de Preços; a montagem e as etapas do processo. Para sanar suas dúvidas, os investigados relataram haver recorrido aos técnicos administrativos que trabalhavam diretamente nos processos de aquisição:

Quadro 3 - Mecanismos utilizados pelos solicitantes para sanar dúvidas

Questão proposta	Respostas
Mecanismos utilizados pelos demandantes para sanarem suas dúvidas	<p>“Sanei minhas dúvidas com o setor responsável no campus”.</p> <p>“Busquei sanar as minhas dúvidas apenas com auxílio e esclarecimentos dados pelos técnicos especializados”.</p> <p>“Consultei colegas de trabalho do setor de compras”.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Essas declarações, relacionadas tanto às dúvidas apresentadas quanto às ferramentas empregadas para esclarecê-las, foram ratificadas pelos técnicos do Setor de Compras: *“Foram feitas reuniões em grupo esclarecendo dúvidas, uma alternativa que deu muito certo foi montar o processo junto ao solicitante, acompanhando assim com ele todo o fluxo”*.

Ainda sob essa perspectiva, quando perguntados se os requisitantes poderiam sanar suas dúvidas sozinhos, os técnicos de compras foram unânimes em declarar que “não”. As transcrições ilustram essa constatação:

Quadro 4 – Se os solicitantes poderiam sanar suas dúvidas sozinhos

Questão proposta	Respostas
Você acredita que os solicitantes poderiam sanar suas dúvidas sozinhos?	<p>“Acredito que sem o setor de compras para auxiliar os demandantes, dificilmente as aquisições se concretizariam. A legislação de compras, além de extensa e robusta, sofre bastante mutação, o que corrobora para um entendimento mais difícil para os leigos do assunto”.</p> <p>“Não, por falta de conhecimento na área”.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Num tratamento simultâneo dos dados, apurou-se que os servidores, na condição de demandantes, apresentam dúvidas relativas à formalidade, legalidade e condução do procedimento. Conforme retratam Batista e Madonado (2008) a formalização do processo de aquisições requer a anexação de uma série de documentos e informações exigidas pela legislação. Entretanto, de acordo com Paim Terra (2018) o ato de comprar não se resume a um procedimento meramente operacional, especialmente por englobar um ciclo de gestão, abranger inúmeros atores e estar diretamente vinculada às políticas públicas governamentais. Dessa forma a administração dessa dinâmica deveria partir de uma abordagem global e contingencial (PAIM TERRA, 2018).

4.2 PERCEPÇÕES INDIVIDUAIS SOBRE O PROCESSO DE COMPRAS

Sob o viés pessoal, foi perguntado aos solicitantes o quão seguro eles se sentiam para executar essas tarefas. Aproximadamente 50% se disse insegura, apontando a falta de conhecimento aprofundado e a ausência de capacitação, como motivos de inquietação.

Gráfico 4 - Segurança para executar



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Conforme externado pelos participantes, a falta de expertise contribui sobremaneira para essa desconfiança. Em que pese o fato de haverem atuado em processos anteriores, somente a experiência prática não foi capaz de proporcionar-lhes convicção e *know how* no exercício da tarefa. Esse desconforto pode contribuir para desestimular a proposição de projetos, o encadeamento de pesquisas ou mesmo a melhoria de estruturas que demandem a aquisição de bens e serviços.

Sob outro olhar, conquanto não tenha sido apontado pelos respondentes, o descumprimento de exigências legais do procedimento pode motivar a responsabilização pessoal do servidor, nas esferas civil, penal e administrativa (BRASIL, 1990). Conforme esclarece Di Pietro (2008) esse enquadramento poderá ocorrer por atos ou omissões dos

agentes públicos. Sendo assim, a alegação de desconhecimento não é suficiente para descaracterizar uma ação de improbidade.

A pergunta subsequente explorou a relação entre a área de formação dos investigados e o tema das compras públicas. Os solicitantes foram unânimes em dizer que, em sua trajetória acadêmica, não estudaram qualquer conteúdo relacionado ao assunto. Da mesma maneira, todos revelaram nunca haver participado de qualquer palestra ou evento de capacitação contemplando a matéria.

Essas indicações evidenciam a falta de afinidade desses agentes com a tratativa. Nesse sentido, é importante destacar que tanto os docentes quanto os técnicos da instituição provêm dos mais diversos campos profissionais. Assim, perfilando-se ao defendido por Matias Pereira (2016), salienta-se que o descumprimento muitas vezes se dá pela falta de informação.

Sob o outro vértice, os técnicos do setor foram uníssomos ao demonstrarem compatibilidade entre sua trajetória de formação e o tema das aquisições governamentais, citando o estudo de disciplinas como: Logística de Suprimentos, Economia do Setor Público, Gestão Pública, Compras Governamentais e Gestão de Recursos Materiais. Com relação à participação em cursos, congressos e palestras correlacionados, dois dos investigados citaram suas experiências nesse sentido e enfatizaram a importância desses eventos para o aprimoramento do processo:

Quadro 5 - Comentários sobre eventos de capacitação

Questão proposta	Respostas
O que você teria a comentar sobre esse evento?	<p>“[...] Todos foram de extrema importância para entender a dinâmica de trabalho na Administração Pública. Recomendaria que todo servidor tivesse acesso a pelo menos estes cursos básicos sobre contratação pública, pois melhoraria substancialmente nas contratações”.</p> <p>“[...] Acredito que só uma capacitação bem feita tem o poder de melhorar os processos de aquisições [...]”.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Essas declarações testemunham em favor da importância do preparo dos envolvidos. Sob esse prisma Batista e Maldonado (2008) apontam a falta de capacitação, tanto em relação ao entendimento da legislação quanto à falta de treinamento continuado, destacando a necessidade de aprimorar competências e acumular conhecimentos dos agentes públicos. Por sua vez, Azevedo (2011) sugere a maior capacitação do pessoal, o trabalho conjunto entre os

setores e a melhoria na comunicação, como medidas para aprimorar o procedimento de aquisições.

Na sequência, foi pedido a todos que externassem sua opinião acerca das compras realizadas para composição do *Campus*. Embora tenham destacado sua influência para o bom funcionamento da Instituição, citaram a necessidade do planejamento a longo prazo, a importância da comunicação entre os setores e as exigências burocráticas como grande entrave ao processo: “*O processo é burocrático e nada intuitivo*”.

Por fim, foi perguntando se os participantes teriam alguma sugestão para melhorar o procedimento. Nesse quesito, foram apontadas a divulgação antecipada do orçamento; a pertinência do trabalho conjunto entre os envolvidos; e a necessidade de capacitação dos servidores.

A partir da análise dos dados coletados, seguiu-se ao desenvolvimento do produto, cuja caracterização será exposta na sequência.

5 O PRODUTO

Ficou demonstrado pelos resultados e discussões da pesquisa, a demanda por qualificação dos servidores no assunto de compras públicas. Da mesma forma, constou-se que grande parte das aquisições de objetos permanentes, como mobiliário, equipamentos de laboratório, computadores e outros bens, cuja durabilidade seja superior a dois anos, ocorre por meio de Adesão à Ata Sistema de Registro de Preços (SRP). Essa modalidade, conhecida também como “carona”, consiste em adquirir um objeto já licitado por outro órgão público.

Por essa categoria, o procedimento de aquisições torna-se mais simples, rápido e econômico (ALEXANDRINO; PAULO, 2010). Sob outro ângulo, essa espécie demanda um minucioso trabalho de busca dos produtos/serviços nas Atas SRP. É preciso encontrar itens cujas descrições, valores e quantidades sejam adequados à necessidade da instituição. Contudo, de acordo com as respostas dos investigados aos questionários, associadas às dúvidas percebidas na observação participante, a grande maioria dos demandantes revela desconforto ou desconhecimento em proceder às pesquisas dos objetos nas Atas.

Por conseguinte, a elaboração do produto contemplou especificamente essa modalidade. Intitulado de “Pesquisa de itens para Adesão às Atas SRP”, o assunto foi organizado sob dois tutoriais, em linguagem simples e de maneira objetiva.

Nessa perspectiva, o Tutorial 1 - “Pesquisando pelo Comprasnet” contém orientações para a procura de objetos em Atas SRP, utilizando o Portal de Compras do Governo Federal,

o Comprasnet. Essa é a metodologia tradicional e mais empregada para pesquisas nesse sentido. Adicionalmente, o Tutorial 2 - “Pesquisando pelo Painel de Preços” aborda o mesmo levantamento, por meio de outra ferramenta: o Painel de Preços. Embora menos conhecido, esse método foi proposto como uma alternativa igualmente eficaz aos interessados, uma vez que utiliza-se da mesma base de dados do Governo Federal.

Para sua avaliação, o link de acesso foi encaminhado aos participantes, juntamente com um roteiro avaliativo. De maneira eletrônica, os usuários testaram o dispositivo e responderam a questões relacionadas à navegação, linguagem, conteúdo, disposição estética, contribuição para a melhoria do procedimento de compras; e apresentaram sugestões para aperfeiçoamento da ferramenta.

Após ajustes recomendados, o produto foi disponibilizado por meio do *link*: <https://adesao-ata.netlify.app/>. Sua contribuição é funcionar como um guia prático aos servidores do IFMG, na qualidade de demandantes de produtos e serviços. Tendo em vista que as pesquisas serão guiadas pelo Portal de Compras do Governo Federal e pelo Painel de Preços, esse material poderá ser utilizado por quaisquer Institutos Federais, ou mesmo por outros órgãos públicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o objetivo de averiguar o conhecimento dos servidores acerca do processo de compras, considerando seu papel de base às atividades de ensino-aprendizagem do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). Após revisão teórica sobre o tema, procedeu-se ao estudo empírico. Sob uma epistemologia qualitativa, o estudo de caso, a observação participante e o questionário foram empregados como procedimentos. De posse dos dados coletados, seguiu-se à análise e discussão dos resultados, que indicaram a carência por um material de apoio aos respondentes no assunto das aquisições governamentais.

À vista disso, foi desenvolvida a proposta de intervenção, que contempla dois tutoriais de compras, direcionado a servidores do IFMG. Esse conteúdo trata o tema específico das pesquisas de itens para Adesão à Ata Sistema Registro de Preços. Com o objetivo de assessorar os usuários de maneira simples e objetiva, o produto foi disponibilizado por meio de um *link* de internet.

Ainda pelos resultados deste estudo, ficou evidenciado que os participantes apresentam dificuldades na descrição dos materiais/serviços. Entretanto, essa é uma tarefa

complexa e peculiar a cada necessidade, que exigiria estudos aprofundados na tratativa e maior tempo de investigação. Assim, sugere-se que a especificação de objetos para aquisições públicas seja abordada em pesquisas futuras.

Acredita-se que o produto deste trabalho possa contribuir para o aperfeiçoamento das atividades de aquisição institucional, em resposta à questão norteadora de estudo: - De que maneira seria possível melhorar o processo de compras públicas sob o contexto do IFMG?

Nessa perspectiva, acolhe-se o princípio de que a gestão do dinheiro público perpassa por aquisição inteligentes e oportunas, capazes de prover adequado suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essas ações favorecem o desempenho dos discentes em sua trajetória escolar e colaboram para a promoção da inclusão social. Assim, espera-se que a qualificação dos servidores nos encargos de compras públicas possa trazer desfechos positivos aos intentos educacionais, colaborando para a missão desafiadora a que se propõem os Institutos Federais.

Sob a esfera individual, presume-se que a maior capacitação dos indivíduos possa proporcionar-lhes segurança no desempenho de suas atribuições. No âmbito organizacional, a eficiência nas atividades de gestão vai ao encontro das previsões constitucionais, e fomenta a transparência pública.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. São Paulo: Método, 2010.

ANJOS, Maylta Brandão dos; RÔÇAS, Giselle (Org.). **As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Natal: IFRN, 2018. Disponível em:

<<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1510/SE%CC%81RIE%20REFLEXO%CC%83ES%20NA%20EDUCAC%CC%A7A%CC%83O%20%20v%201.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

AZEVEDO, Vânia Cristina Renno. **Estudo e avaliação da eficiência do processo de compras públicas: caso Embrapa**. 2011. 49f. (Monografia de Bacharelado em Administração-Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Brasília. 2006. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3400/1/2011_VaniaCristinaRennoAzevedo.pdf> . Acessado em: 02 mar. 2020.

BAILY, Peter *et al.* **Compras: princípios e administração**. São Paulo: Atlas, v. 8, 2000.

BATISTA, Marco Antônio Cavalcanti; MALDONADO, José Manuel dos Santos de Varge. **O papel do comprador no processo de compras em instituições públicas de ciência e tecnologia (C&T/S)**. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 4, p. 681-699, 2008.

BLIACHERIS, Marcos Weiss; VILLAC, Teresa (Org.). **Implementando licitações sustentáveis na Administração Pública Federal**. Brasília: AGU, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/manual__implementando_licitacoes_sustentaveis_na_administracao_publica_federal.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013**. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993. Diário Oficial da União, Brasília, 23 jan. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União, Brasília, 19 abr. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm>. Acesso em: 17 nov. 2018.

_____. **Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 6 jul. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666compilado.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 22 nov. 2018.

DIAS, Marco Aurélio Pereira. **Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão**. São Paulo: Atlas, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS *CAMPUS RIBEIRÃO DAS NEVES*. **Cursos**. Ribeirão das Neves: IFMG, 2016. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/ribeiraodasneves/cursos-1>. Acesso em: 29 maio 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS. **SISPLAN**. Belo Horizonte: IFMG, 2019. Disponível em:

<<https://sisplan.ifmg.edu.br/processo/index/plan/22/campus/10/cc/0>>. Acesso em: 29 maio 2019.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. **Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico**. 5. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010.

MAIOR FILHO, Souto Gonçalves Ubaldino. **Transparência no Sistema de Registro de Preço: um estudo de caso no Instituto Federal da Paraíba-Campus**. 2018. 159 fls. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do rio Grande do Norte. Natal, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016. [E-book].

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2013.

MOON, Jae M. **E-procurement management in state governments: diffusion of e-procurement practices and its determinants**. Journal of Public Procurement, v. 5, n. 1, p. 54-72, 2005. Disponível em: <http://ippa.org/jopp/download/vol5/issue-1/Article_3.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitação pública e contrato administrativo**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, 2018.

PAIM TERRA, Antônio Carlos. **Compras públicas inteligentes: uma proposta para a melhoria da gestão das compras governamentais**. Brasília: ENAP, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3166/1/ARTIGO%20COMPRAS%20P%C3%9ABLICAS%20INTELIGENTES.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

PRELL, Bianca Ponciano; ALMEIDA, Carolina Flora. **Compras públicas por sistema de registro de preços: uma ferramenta de planejamento—o caso IFRJ**. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/compras_publicas_por_sistema_de_registro_de_precos_uma_ferramenta_de_planejamento_o_caso_do_ifrj.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

RIBEIRO FILHO, Carlos; *et al.* (2020). **Compras públicas e planejamento: relação estratégica alicerçante da efetividade dos Institutos Federais de Ensino (IFE)**. Research, Society and Development, 9(7): 1-17, e794974743.

SILVA, Francisco Xavier da. **Análise de processos de compras públicas: um estudo de caso no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul—Campus Coxim**. 2018. 145 fls. Dissertação

(Mestrado). Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

TASSABEHJI, Rana; MOORHOUSE, Andrew. **The changing role of procurement:** developing professional effectiveness. *Journal of Purchasing & Supply Management*, v. 14, n. 1, p. 55-68, 2008. Disponível em:
https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/45377691/HRM_Tassabehji_1-s2.0-S147840920800006X-main.pdf?1462458042=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DThe_changing_role_of_procurement_Develop.pdf&Expires=1594649635&Signature=EOqkzuv71XgB88p60SVjLqIwei4B1qIXnKi4uJgXBs6oE0rrDV4S~L9qafZuHcVkwe7LMsXhjY7Vfkw4PgdM6IyDP3bkSQtBxvxLf24-eGeLHzP2jYPY4016p1v3VunR2yye1QtkvPZTjWc6P9CQLRe5b3UvQmXS9obYueYb7nBjGfTmmszRxjGaqq4rnt3LkgPtAVkBmS8GVOnnADltnCBhdLbCP34rqm9cfmfeOQoIxKXQZ4EJC39OmMVAZFFyI41pjGl2Z~yzTEkYMw9xXdhMpG2XXFYG0nT2BVqC4v8Of4FuL3P~bz0jr3j3WzxpQuReMrsOd44p~L0qHTJdVg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 12 jul. 2020.